

O MOVIMENTO ABOLICIONISTA EM PELOTAS: UMA ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO FEMININA

ETIANE CARVALHO NUNES¹; JONAS MOREIRA VARGAS²

¹Universidade Federal de Pelotas – etianecnunes@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – jonasmvargas@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

Pelotas foi um dos municípios com a maior concentração de escravos do sul do Brasil. No entanto, a partir dos anos 1870, mas principalmente na década de 1880, o movimento abolicionista contribuiu fortemente para o fim da escravidão, sendo este considerado o primeiro movimento de cunho social no país segundo ALONSO (2015). O movimento a favor da abolição da escravatura iniciado no município foi encabeçado por nomes de prestígio social e político no âmbito local, muitos pertencentes a famílias tradicionais e/ou ligadas à produção do charque. As mulheres não ficaram de fora da agitação que tomava conta da cidade e, tendo em vista que muitas delas integravam as referidas famílias, seu envolvimento se deu por meio de ações, como saraus, quermesses, dentre outros eventos, que visavam a arrecadação de fundos destinados à compra de cartas de alforria. De acordo com SANT'ANNA (2006), tal atitude pode ser tomada como uma estratégia usada no sentido de ocupar outros lugares na sociedade, rompendo, assim, com a restrição ao espaço privado de suas casas e lares. O presente trabalho tem como objetivo, portanto, compreender a participação das mulheres no movimento abolicionista empreendido em Pelotas. OSÓRIO (1997), faz breve alusão sobre a atuação de mulheres e cita três nomes de maneira categórica, da mesma forma que MONTI (1985). HAHNER (1981), por sua vez, discute de maneira mais ampla os esforços das mulheres brasileiras entre 1850 e 1937 em busca de maior equidade entre gêneros e de garantias de direitos sociais e políticos. MARTINS (2015) demonstra em seu trabalho o processo de feminilização da filantropia, auxiliando a entender os motivos pelos quais as mulheres se empenharam mais que os homens nessa causa.

Mostra-se relevante, assim, identificar quem eram as mulheres participantes, de modo a traçar um perfil e procurar entender a rede de relações estabelecidas e os possíveis vínculos com outros grupos atuantes com o mesmo fim. Segundo PERROT (2017), as mulheres, assimiladas como um grupo, foram excluídas da história, gerando até mesmo um questionamento: as mulheres têm história? Quando encontradas fontes para estudá-las, tendo em vista que são escassas em função do silenciamento imposto, elas são rasas e pouco precisas, o que dificulta a reconstituição do passado. Nessa perspectiva, este trabalho contribui para promover discussões e debates acerca da emancipação feminina no final do século XIX e sobre relações de gênero, uma vez que, através do movimento abolicionista, as mulheres se inseriram na política e, por consequência, na esfera pública marcadamente masculina, integrando de forma efetiva o processo em curso e se transformando em agentes históricas. Além disso, soma-se ao crescente número de trabalhos que têm como objeto de estudo a mulher, contribuindo para trazer à luz histórias que por muito tempo foram silenciadas e ignoradas.

2. METODOLOGIA

Para a realização deste trabalho, utilizou-se uma bibliografia específica, a qual trata sobre a questão da abolição, tanto a nível nacional quanto local, bem como obras que têm como temática a história das mulheres, conduzindo ao entendimento dos papéis desempenhados por elas na sociedade em geral e também em certos espaços. O primeiro tipo de bibliográfica, sobre o processo abolicionista que culminou na Lei Áurea em 1888, auxilia a compreender o cenário social, econômico e político no qual o Brasil estava inserido. São explanadas as negociações, os conflitos partidários e a situação social no país que caminhava rumo ao fim da escravidão. Essa instituição que foi a escravidão já vinha sendo há muito condenada por alguns setores pelo significado que ganhava à medida que passava o tempo. Era vista como sinônimo de atraso, pois o Brasil era um dos poucos países que insistia nesse sistema, indo na direção contrária do progresso. Economicamente, julgava-se que o trabalho livre trazia mais benefícios e no que diz respeito à moral, a escravidão era desaprovada por aqueles que defendiam os direitos de liberdade e de humanidade, tendo em vista que os escravizados passavam por um processo de coisificação, na qual o sentimento de pertença à condição humana era sistematicamente retirado. As formas de ativismo em prol da abolição foram variadas, do mesmo modo que os atores envolvidos. Ao contrário do que se pensa, o movimento abolicionista foi aderido pelas elites e também pelas classes menos favorecidas, essas últimas mostrando-se fundamentais.

No que diz respeito à bibliografia que aborda a história das mulheres, ela aponta as inúmeras lutas empenhadas por elas com o objetivo de adquirir autonomia, liberdade de pensamento e direitos de forma plena ao longo dos séculos, mas se deu maior atenção para as lutas e conquistas referentes ao século XIX. Discute-se a função da mulher em uma sociedade patriarcal e machista, que a enxergava como dona do lar, responsável pelo cuidado por tempo integral dos filhos, da casa e das pessoas que lhe prestava serviço doméstico. Assim, estavam confinadas ao espaço privado, não sendo autorizada a participação no meio público, lugar ocupado pelos homens. Percebe-se a divisão dos espaços sociais de acordo com o gênero, o que limitava a atuação das mulheres para além de suas casas, bem como as relações de poder estabelecidas, sugerindo que o único lugar no qual a mulher exerce algum tipo de poder é no espaço doméstico, mesmo que pequeno comparado ao do homem. Por esses motivos, o movimento abolicionista representou uma brecha nessa realidade de muitas privações legitimadas por causa do gênero e, com isso, puderam traçar relações de sociabilidade, conviver com pessoas de fora da família e, principalmente, construir laços com outras mulheres e compartilhar ideias e vivências.

Além da bibliografia, a imprensa local foi usada como fonte histórica, procurando, por meio dela, demonstrar as atividades desenvolvidas por mulheres em nome da abolição passíveis de virarem notícias, pois é provável que algumas ações passaram despercebidas ou mesmo foram consideradas irrelevantes para ocuparem lugar nas páginas de jornais, ainda mais quando realizadas por mulheres pobres. O periódico A Discussão foi uma das fontes impressas usada até o momento, priorizando os anos 1881, data que marca o começo de sua circulação e a criação do Club Abolicionista, e 1884 por causa do aumento de entidades de cunho abolicionista formadas no Brasil e no Rio Grande do Sul. As fontes impressas são muito empregadas na pesquisa histórica, de modo que elas fornecem ao historiador meios de se aproximar do objeto de estudo e possibilita

entender o panorama posto em determinada época. Entretanto, uma vez que elas foram produzidas em contexto específico e por pessoas que poderiam ter os mais variados interesses, não se pode tomá-las como verdades absolutas. Como aponta LUCA (2018), os jornais têm a capacidade de reunir pessoas em torno de uma ideia, de uma crença e de valores que se intenciona propagar a partir da palavra escrita e é por isso que a autora os chama de projetos coletivos. Ainda, fez-se o uso de uma receita de bolo que circulou entre famílias da época, algo típico do universo doméstico feminino, o qual se chamava “bolo abolicionista”, e das cartas de alforria concedidas por mulheres no período abordado ou cartas que foram pagas por mulheres, mas que o escravo pertencia a terceiros.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A bibliografia consultada aponta, portanto, a existência de mulheres atuantes no movimento abolicionista, não apenas em Pelotas. Isso demonstra que, apesar das raras fontes que se tem para trabalhar com o tema, alguns vestígios do passado nos ajudam a reconstruir e dar significado ao envolvimento feminino na causa a favor da abolição, permitindo a essas mulheres a inserção no espaço público. O jornal *A Discussão* se mostrou uma fonte relevante por se posicionar de maneira contundente contra a escravidão, sendo, inclusive, seus redatores atuantes na propaganda abolicionista. Pesquisou-se, logo, notícias que abordassem a questão do elemento servil de modo geral, isso para entender o que estava sendo discutido no momento. 1884 foi um ano decisivo para muitas províncias e para o Rio Grande do Sul não foi diferente. A criação de instituições, cujo motor era a união de pessoas simpatizantes pela causa abolicionista e, por isso, propunham-se a promover encontros, assembleias e demais reuniões para debater o assunto e emancipar escravos, aumentou significativamente desde então. O jornal cita as associações, sociedades e clubes abolicionistas presentes em muitos municípios da província, destacando as ações que foram realizadas e incentivando Pelotas a seguir tais exemplos. No tocante a participação das mulheres, *A Discussão* faz poucas referências até o momento, pois foram encontradas duas notícias envolvendo mulheres e abolição em Pelotas, como por exemplo, a criação de uma comissão de mulheres no Centro Abolicionista em 31 de agosto de 1884. Foi possível observar que mulheres pelotenses doaram objetos para uma quermesse realizada em Porto Alegre conforme notícia do dia 2 de setembro do mesmo ano. Essa atitude remete à possível existência de redes de contato entre mulheres de Pelotas com outros municípios, não estando elas confinadas somente ao local de atuação. Quanto à receita de bolo nos instiga a pensar que a questão da abolição estava presente no meio doméstico, isto é, no espaço privado, não se restringindo à cena pública. No que tange às cartas de alforria, elas suscitam maior análise tendo em vista que é preciso descobrir quem eram essas mulheres e quais as motivações que as levavam a conceder liberdade a seus escravos ou a custear a alforria de escravos que nem seus eram.

4. CONCLUSÕES

A partir do que foi exposto acima, podemos concluir que o presente trabalho, ao se dispor a compreender a participação das mulheres no movimento abolicionista em Pelotas, atua de modo a preencher certos espaços que permanecem vazios no que tange a produção historiográfica sobre o tema para Pelotas. Ainda, junta-se a crescente produção de trabalhos que abordam a temática feminina, dando voz ao que por muito tempo foi relegado ao

silenciamento. A análise realizada demonstra que os jornais da época serviam como importante espaço de publicidade das ações filantrópicas e políticas e, nesse aspecto, as mulheres também eram mencionadas. No entanto, suas ações também se realizavam em outros espaços sociais não tão públicos. A receita de bolo encontrada revela uma riqueza de atitudes e comportamento no espaço doméstico e as cartas de alforria registradas em cartório também demonstram que no seu cotidiano muitas delas esforçavam-se para colaborar com o movimento, muito embora essa atuação precise ser melhor investigada em pesquisas futuras.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALONSO, Angela. **Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- HAHNER, June E. **A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: BASSANEZI, Carla (Org.) **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2018. Cap. 4, p.111-153.
- MARTINS, Ana Paula V. A feminilização da filantropia. **Gênero**, Niterói, v. 15, n. 2, p. 13-28, 1. sem. 2015.
- MONTI, Verônica A. **O Abolicionismo: sua hora decisiva no Rio Grande do Sul – 1884**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985.
- OSÓRIO, Fernando. **A cidade de Pelotas**. Organização e notas de Mario Osorio Magalhães. Pelotas: Editora Armazém Literário, 1997.
- PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2017.
- SANT'ANNA, Thiago. "Noites abolicionistas": as mulheres encenam o teatro e abusam do piano na cidade de Goiás (1870-1888). **OPIS – Revista do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Estudos Culturais**, Goiás, vol. 6, p. 68-78, 2006.